



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

**“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(es/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJÁI – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidá – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de políticas educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCENTE EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): Pierre André Garcia Pires)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): Regina Coeli Machado e Silva)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): Rosane Castilho)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): Silvio Carlos dos Santos).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): Sorinéia Goede).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): Tarcio Leal Pereira).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): Thais Weiller).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): Wanirley Pedrosa Guelfi).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): Camila Itikawa Gimenes).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): Adriana Márcia Prado de Araújo et alii).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): Patrícia Santos Fonseca et alii).

AValiação em larga escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): Rivanda dos Santos Nogueira et alii).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): Cláudio Renato Moraes da Silva).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): Domiciane Araújo Azevedo).

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguai e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo constitucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009

Autores:

Rogério Allon Duenhas¹

Marco Tulio Aniceto Franca

Ricardo Petterle

Resumo: O acesso mundial ao ensino superior cresceu muito nos anos recente, em particular na década de 90. O Brasil acompanhou essa tendência e conseguiu aumentar em mais de 300% a quantidade de alunos matriculados nesse nível de ensino entre 1991 e 2008. Apesar desse avanço o número de matrículas no ensino superior ainda é baixo se comparado aos países desenvolvidos e mesmo entre os países vizinhos como Argentina e Uruguai. Adicionalmente, o acesso ao ensino superior no Brasil ainda apresenta iniquidade em termos de renda, raça e região. As instituições públicas de ensino superior brasileira poderiam desempenhar um papel fundamental para reduzir essas iniquidade. A metodologia empregada aponta que essas instituições corrigem as distorções ainda de forma muito tímida.



1 – Introdução

A expansão de vagas no ensino superior é um dos principais desafios que muitos países enfrentam para reformar esse nível de ensino visando atender a procura crescente por educação terciária nos anos recentes. O incremento da demanda é motivado por diferentes razões, entre elas a mais comum é o aumento salarial do profissional graduado. Adicionalmente, governos têm estimulado a expansão desse nível de ensino para aumentar os benefícios públicos associados à educação superior. Esses benefícios são traduzidos pela possibilidade da construção de um mercado de trabalho flexível, dinâmica industrial do país fundamentada em conhecimento que levaria ao crescimento econômico.

A expansão do ensino superior foi impulsionada nos anos 90. O número de matrículas no mundo evoluiu de 68.6 milhões em 90/91 para aproximadamente 110.7 milhões em 2000/01, sendo que os países desenvolvidos matriculavam aproximadamente 30 milhões de alunos na década de 90, passaram a matricular aproximadamente 40 milhões em 2001/02. Os países em desenvolvimento que matriculavam 29 milhões em 90/91 passam a matricular mais de 58 milhões de alunos, ou seja, uma evolução de 100% naquele período. Apesar do avanço no número de estudantes, países em desenvolvimento possuíam taxa média de matrícula sensivelmente inferior à média mundial, 11.3% e 23.2% respectivamente, e muito aquém da média dos países desenvolvidos 54.6%. Nesse sentido, países em desenvolvimento necessitavam expandir a educação rapidamente para alcançar a média mundial. (Sanyal e Martin, 2006).

Alguns países Latinos Americanos adotaram diferentes estratégias para o aumento de vagas no ensino superior e atualmente considerável parcela da população tem acesso a esse nível de ensino, aproximando-se da proporção registrada pelos países desenvolvidos.

No Brasil também foram adotadas iniciativas para expandir a quantidade de vagas no ensino terciário, no entanto, o número proporcional de matrículas ainda está muito aquém da proporção dos países desenvolvidos e ainda aquém de seus pares Latino Americanos. Ademais, a estratégia para aumento no acesso do ensino superior pode criar uma expansão instável na medida em que está baseada principalmente no crescimento do setor privado. Adicionalmente, acredita-se que essa expansão não conseguiu ainda resolver o problema iniquidade em função da renda, etnia, gênero e regiões associado ao acesso do ensino superior brasileiro.

O objetivo desse trabalho é comparar a taxa de acesso ao ensino superior do Brasil em relação a países selecionados, em particular nações latino americanas.



Pretende-se ainda salientar as diferenças de acesso ao ensino superior no Brasil em função da renda, etnia, gênero e regiões. Adicionalmente, mensura-se como e até que ponto as instituições públicas de ensino superior brasileiras conseguem amenizar as iniquidades acima aventadas. O referencial teórico está baseado no argumento de que o ensino superior além de gerar benefícios públicos consegue gerar externalidades positivas para toda a sociedade, por isso é importante expandi-lo. A metodologia empregada é análise estatística e ferramenta econométrica.

As bases de dados utilizadas são a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar do ano de 2009 e o Censo da Educação Superior do ano de 2008, ainda dados estatístico disponibilizados pelo Banco Mundial.

O trabalho será estruturado na seguinte forma: Na seção dois arrolam-se as razões que motivam o aumento do número de pessoas matriculadas no ensino superior em diferentes países. Adicionalmente, apresenta-se o referencial teórico que defende a expansão desse nível de ensino. Na seção 3 apresenta-se a estratégia brasileira para o aumento do acesso ao ensino superior nos últimos anos e também são apresentados os dados que corroboram ou não as hipóteses da iniquidade de acesso a esse nível de ensino. Na seção quatro será estimada a capacidade das instituições pública de atenuar as iniquidades de acesso ao ensino terciário. Por fim, na seção cinco são salientadas as principais conclusões.

2 – Referencial

Atribui-se que o aumento da educação, em particular a educação terciária, proporciona dois tipos de benefícios: 1) benefícios privados; 2) benefícios públicos.

2.1 – Benefícios Privados da Educação

Pelo lado dos benefícios privados a literatura reconhece e aponta o ensino terciário associado ao aumento da satisfação pessoal, *status* social e por fim, melhoria salarial. Esse última recebe muita atenção da literatura econômica. Nesse sentido, diversos trabalhos calculam as taxas de retorno que a educação proporciona. Utilizando a fundamentação teórica de Mincer (1974) os trabalhos empíricos encontram, de forma geral, o aumento da educação associado ao incremento salarial. Isso pode explicar a crescente demanda por educação, particularmente os níveis mais elevados.



A partir da década de 60, Schultz (1961) e Becker (1964) propõem o conceito de Capital Humano, e a educação passa a ser vista como um investimento, pois ela proporcionaria o aumento da produtividade dos trabalhadores e em última instância crescimento econômico. Nesse sentido, a expansão do Capital Humano torna-se, ou deveria tornar-se, Política Pública para promoção do crescimento econômico.

O interesse governamental na expansão do ensino superior, portanto, está ligado aos benefícios públicos que esse nível de educação presumidamente proporciona, como possibilidade da construção de um mercado de trabalho flexível, dinâmica industrial do país fundamentada em conhecimento e por último garantia de crescimento econômico associado ao Capital Humano.

A externalidade do Capital Humano recentemente tem sido dividida em duas. A primeira externalidade é de natureza estática e a segunda de natureza dinâmica.

2.2 – Externalidade Estática do Capital Humano

A externalidade estática do capital humano² é representada pelo compartilhamento, formal e informal, do conhecimento e habilidade no ambiente de trabalho, levando ao aumento da produtividade. Adicionalmente, o aumento da educação pode levar ao aumento da habilidade dos trabalhadores e eventualmente a adoção de novas técnicas para uma produção mais eficiente, conseqüentemente crescimento econômico.

A literatura aponta como externalidade do Capital Humano individual o aumento da produtividade dos fatores de produção como o capital e trabalho. Lucas (1988) teoriza que essas externalidades não seriam transferidas diretamente através dos indivíduos, mas pela interação que esse indivíduo faz com a cidade onde mora. As evidências para esse tipo de externalidades ainda são ambíguas.

Heckman e Klenow (1997) comparam, através de estimativas, as externalidade no nível microeconômico e no nível macroeconômico. A estratégia empírica utilizada foi regressar, ao nível individual, uma relação linear entre o logaritmo dos salários e anos de estudos e comparar essa regressão com uma regressão ao nível de países tendo como variável dependente o PIB *per-capita* e como independente anos médios de escolaridade. A estratégia demonstrou que no nível macro os coeficientes são maiores, indicando a externalidade positiva do capital humano.



Uma mensuração mais direta de externalidades estáticas da educação seria corroborar a hipótese de que o aumento do nível educacional dos trabalhadores em determinada região é acompanhado pelo aumento dos salários (Venniker, 2002). A hipótese é de que o aumento da proporção de trabalhadores mais educados aumentará, de forma geral, a produtividade e o salário de todos os trabalhadores da economia. A explicação para isso vem da Teoria Neoclássica, onde trabalhadores menos educados não são substitutos perfeitos para o trabalhadores mais educados, nesse sentido, pela lei da oferta e procura, o aumento da proporção de trabalhadores educados reduziria a proporção de trabalhadores menos educado aumentando sua produtividade e salário.

Nessa perspectiva, Raunch (1993) conduziu um estudo empírico para os Estados Unidos em regiões metropolitanas onde estavam estabelecidas importantes comunidades. O autor encontra evidência de externalidades positivas, ou seja, o maior nível de educação relacionado positivamente com a massa de salário da comunidade. Um ponto fraco desse tipo de trabalho é a endogeneidade entre as variáveis de educação e o aumento de salários. A causalidade entre essas variáveis é apontada como um dos maiores obstáculos para mensurar a externalidade positiva da educação, no caso específico representada pelo aumento de salários em uma região.

Acemoglu e Angrist (1999) contornam o problema da causalidade com o uso de variáveis instrumentais e chegam à conclusão de que o retorno social da educação, nesse caso aumento geral de salários em determinada região, é muito baixo ou insignificante.

Moretti (2004) estima o retorno externo da educação superior. O autor define como retorno social (externo) o aumento dos salários gerais motivado pelo aumento do número de trabalhadores com ensino superior em determinadas cidades americanas. A hipótese a ser corroborada é de que o aumento do número de trabalhadores com esse nível de ensino infla os salários dos trabalhadores com nível menor de escolaridade (Trabalhadores com baixo nível educacional não são substitutos perfeitos), mas apresenta efeito contrário para os trabalhadores com ensino superior (efeito oferta). Ou seja, maior quantidade de pessoas com nível terciário deprimirá o salários dos trabalho com esse grau de instrução. Por outro lado as duas categorias de trabalhadores devem ser beneficiadas pelo *spillover* do capital Humano que aumentará a produtividade e salários na cidade. Se o coeficiente estimado para os trabalhadores com nível superior for positivo, indica um efeito *spillover* maior de que o efeito oferta, caracterizando o efeito social da educação superior.

O autor utiliza métodos econométricos com variáveis instrumentais para contornar o problema de endogeneidade e encontra relação positiva entre o aumento de um ponto



percentual de trabalhadores com nível superior, na proporção total de trabalhadores, e os salários daqueles trabalhadores que não concluíram o segundo grau em 1.9%. Ademais, os salários dos trabalhadores que concluíram o segundo grau são elevados em 1.6% e, por fim, os salários dos trabalhadores que concluíram o ensino superior aumentam em 0.4%. Portanto, o efeito externalidade é maior que o efeito oferta. O autor encontra externalidades positivas da educação superior.

As evidências empíricas ainda não são unânimes em apontar as externalidades estáticas do capital humano. No entanto, é possível que o Capital Humano apresente externalidades dinâmicas, como criação e incorporação de novas tecnologias no processo produtivo e por fim, crescimento econômico. Na próxima seção serão discutidas as possíveis externalidades dinâmicas do Capital Humano.

2.3 - Externalidades Dinâmicas do Capital Humano

As externalidades dinâmicas do capital humano sugeridas na literatura recente são três: i) Criação e adoção de novas tecnologias, ii) *learning by doing* e iii) acumulação de capital humano. A acumulação de capital humano está mais ligada à composição do capital humano dentro de grupos com o mesmo nível de capital humano.

Nelson e Phelps (1966), Romer (1990) salientam a importância do capital humano para criar e adotar novas tecnologias. Nesse sentido, o estoque de capital humano é visto como fator chave para o crescimento econômico, que é interpretado como indicação da externalidade positiva do estoque de capital humano da nação.

As evidências empíricas ainda são inconclusivas. Benhabib e Spiegel (1994) encontram coeficiente positivos para o estoque de capital e crescimento econômico. Bils e Klenow (1997) consideram um modelo de Educação como *driver* de crescimento, os autores encontram uma relação fraca entre educação e crescimento, sugerindo um efeito causal entre educação e crescimento modesto. Krueger e Lindahl (2000) argumentam que para fazer tal afirmação, relação direta entre estoque de capital humano e crescimento econômico, é preciso se apoiar em dois pressupostos muito fortes, primeiro é de que todos os países da amostra devem ter a mesma relação entre o estoque inicial de capital e humano e crescimento econômico. Segundo, essa relação seja linear. Tais pressupostos são difíceis de efetivarem-se na prática, conforme aponta o autor.

Apesar das evidências empíricas a respeito do crescimento econômico e educação serem ainda limitadas o argumento retórico recente é bem construído e motiva estudos nessa área. A Sociedade de forma geral, e os *Policy Maker* em particular almejam



construir economias mais dinâmicas alicerçadas no conhecimento, conforme aponta a literatura sobre as externalidades do Capital Humano. A criação da sociedade do conhecimento onde o Capital Humano se torna fonte primária para criação e adoção de novas tecnologias torna-se mais efetiva em níveis mais elevados de educação, principalmente do ensino superior. Krueger e Lindhal (1998) argumentam que a expansão do Capital Humano nos níveis mais baixo de educação, primário e secundário, teriam efeitos sociais em melhoria do bem estar e redução de crimes. Para níveis mais elevados de educação o benefício social seria traduzido pelo progresso técnico e aumento de produtividade.

Nesse sentido, um dos principais desafios que muitos países enfrentam em relação ao ensino pós-secundário e a de aumentar a oferta rapidamente para disseminar o ensino superior e proporcionar crescimento econômico.

Adicionalmente a demanda por esse nível de ensino, nos últimos anos, tem crescido além da capacidade do setor público oferecer vagas (Salmi e Hauptman, 2006). Segundo esses autores esse aumento é motivado por: i) prêmio salarial para o ensino superior é elevado; ii) em muitas culturas há uma pressão social para os jovens cursarem ensino superior; iii) alguns países têm por objetivo expandir o ensino em alguns campos do conhecimento, como engenharias, ciências e tecnologias da informação.

Sanyal e Martin (2006) apontam que a massiva procura por ensino superior teve início nos anos 90. O número de matrículas no mundo evoluiu muito rapidamente tanto nações desenvolvidas quanto naquelas em desenvolvimento.

Alguns países como Argentina e Chile já conseguem matricular grande parte da população nesse nível de ensino. Na tabela 1 são apresentados os percentuais brutos de matrículas em diferentes países.

Analisando a tabela percebe-se que a taxa de matrícula bruta no Brasil evoluiu nos últimos anos, no entanto, não conseguiu ainda alcançar o percentual dos países vizinhos.

Tabela 1 - Percentual bruto de matrículas no ensino superior em diferentes países³

País	1998	2008	Crescimento
Argentina	47	67,7	44%
Austrália	66	77	17%
Brasil	13	34,4	165%
Chile	34	54,8	61%
Estados Unidos	70	82,9	18%
Federação Russa	n/d	72	n/d
Uruguai	35	64,9	85%
Venezuela	n/d	78,6	n/d
China	6	22,4	173%

Fonte: Banco Mundial: Education Statistic Version: Elaboração Própria

Na próxima seção será abordada a estratégia para expansão e as possíveis iniquidades ainda presentes no acesso ao ensino superior no Brasil.

3 – Estratégias para a expansão do ensino superior no Brasil e a iniquidade do acesso nesse nível de ensino

Na tabela 2 é apontada a evolução de 269% no número de matrículas no ensino superior ano de 2008 em relação ao ano de 1980.

Tabela 2 - Evolução no número de alunos matriculados

	1980	1991	1998	2001	2008	Δ(%) 80/08
Nr Alunos	1.377.286	1.565.056	2.125.958	3.030.754	5.080.056	269%
Públicas	492.232	605.736	804.729	939.225	1.273.965	159%
Federal	316.715	320.135	408.640	502.960	643.101	103%
Estadual	109.252	202.315	274.934	357.015	490.235	349%
Municipal	66.265	83.286	121.155	79.250	140.629	112%
Privadas	885.054	959.320	1.321.229	2.091.529	3.806.091	330%
% Privada	64	61	62	69	75	17%
% Pública	36	39	38	31	25	-31%

Fonte: INEP elaboração própria

Apesar desse crescimento a taxa líquida de matrícula⁴ ainda é baixa e desigual. Por exemplo, conforme está apresentado na tabela 3 a porcentagem de jovens no estrato inferior da renda é de mais de 59%, no entanto a taxa de matrícula líquida para eles não chega a 5%. No outro extremo, estrato superior da renda, esta apenas 2,57% dos jovens brasileiros, a taxa de matrículas entre esses é de mais de 55%.

Tabela 3 - Matrículas de jovens no ensino superior de acordo com a renda

	Até 1 sal. Mínimo	1- 2 Sal. Mínimo	2- 3 Sal. Mínimo	3- 5 sal. Mínimo	Mais 5 sal. Mínimos	Total
População	13.169.054	5.750.478	1.640.125	985.455	567.990	22.113.102
% renda	59,55	26,00	7,42	4,46	2,57	100
Mat Ens Sup.	647.486	1.111.456	593.430	465.139	314.492	3.132.003
Porcentagem	20,67	35,49	18,95	14,85	10,04	100
Taxa de matrícula	4,92	19,33	36,18	47,20	55,37	14,16

Fonte: Microdados da PNAD 2009 – elaboração própria

Adicionalmente, a distribuição de matrículas não é homogênea entre as diferentes regiões e raças. Enquanto a região Sul tem uma taxa de matrícula líquida de 19%, no Nordeste essa mesma taxa é de apenas 9%.

Tabela 4 - Percentual de matrículas líquidas de acordo com a região

Região	Matriculados Ensino Superior	Total de Jovens	Porcentagem
Norte	223.685	2.034.061	0,11
Nordeste	636.177	6.898.559	0,09
Sudeste	1.563.075	9.275.528	0,17
Sul	597.795	3.120.219	0,19
Centro-Oeste	303.386	1.698.215	0,18

Fonte: Microdados da PNAD 2009 – elaboração própria

A iniquidade de acesso em termos de etnia está apresentada na tabela 5. Enquanto a taxa de matrículas é de 21% para os brancos essa mesma taxa é de 7% para os negros e 8% para os pardos.

Tabela 51 - Porcentagem de matrículas de jovens, entre 18 a 24 anos, de acordo com a raça

Raça	População	Matriculados ensino terciário	Porcentagem
Indígena	50337	4426	9
Branca	10707184	2282877	21
Preta	1619365	116883	7
Amarela	89636	26599	30
Parda	10560060	893333	8
Total	23026582	3324118	14

Fonte: Microdados da PNAD 2009 – elaboração própria

Em relação ao gênero a diferença é em favor delas, pois a taxa de matrícula líquida é maior para as mulheres do que para os homens.

Tabela 6 - Taxa de matrículas para jovens 18-24 anos de acordo com o gênero

Gênero	População	Matr. Ensino terciário	Porcentagem
Mulher	11.504.688	1.915.190	16,65
Homem	11.529.633	1.408.928	12,22
Total	23.034.321	3.324.118	14,43

Fonte: Microdados da PNAD 2009 – elaboração própria

Portanto, a iniquidade de acesso ao ensino superior no Brasil ainda persiste em termos de raça, região e renda, nesse sentido a estratégia adotada no país para expansão do número de vagas, capitaniada pelas instituições privadas, apesar de aumentar rapidamente o sistema de ensino terciário pode criar um processo de inclusão instável, uma vez que, aqueles que não passaram no processo de seleção das instituições públicas terão acesso ao ensino superior na medida em que conseguem pagar por ele. (Neves, Raizer e Fachinetto, 2003). Uma inclusão mais estável, do ponto de vista da equidade de renda, seria a expansão de vagas em instituições públicas para atender aqueles estudantes que estão aptos a ingressarem em um curso superior, no entanto, não têm recursos suficientes para fazê-lo nas instituições privadas. Adicionando a essa expansão políticas de inclusão social e ações afirmativas levariam a democratização para aquele nível de ensino. Nesse cenário as instituições públicas de ensino superior, sobretudo as universidades podem/devem liderar esse processo.

Na próxima seção será abordada a importância das instituições públicas de ensino superior brasileiras para atenuar as iniquidades acima aventadas.

4 - As instituições públicas de ensino superior amenizam o Problema da Iniquidade no acesso?

Doravante será empregado o Modelo Logístico para mensurar como as universidades públicas conseguem amenizar o problema da iniquidade de acesso ao ensino superior.

O Método de Regressão Logístico tem como objetivo principal descrever a relação entre uma variável resposta (dependente) e uma ou mais variáveis explicativas (independentes).

O que distingue o modelo de regressão logística do modelo de regressão linear é que a variável resposta na regressão logística é binária ou dicotômica. O exercício toma

como variável resposta (dependente) os estudantes matriculados no ensino superior, independente da idade. Essa variável é binária, ou seja, toma como valores 0 e 1, sendo 1 a variável que representa estudantes das instituições públicas e 0 estudantes das instituições privadas. Homem também foi codificado como 1, assim como os de raça branca. Ou seja, essas são as variáveis tomadas como a base de comparação. Por fim, o estado que representa a base de comparação é Roraima, esse é o estado que apresenta uma das menores diferenças de proporção de matrículas entre instituições públicas e privadas, 44% e 56% respectivamente.

Os resultados mostram a possibilidade das instituições públicas de amenizarem o problema da iniquidade, no entanto, a correção por parte dessas instituições ainda é pequena. Em relação à raça, índios têm aproximadamente 7% a menos de probabilidade de ingressar em universidade pública do que os brancos. As pessoas pardas têm aproximadamente 0,36% menos de probabilidade de ingressar em uma universidade pública se comparado aos brancos. Amarelos têm 17% maior de probabilidade de ingressar em uma instituição pública. Pretos têm 0,29% mais de chance de ingressar em uma universidade pública se comparado aos brancos. É possível que esse resultado esteja refletindo à política afirmativa, implementada em 2001 pelo governo brasileiro, em relação aos afro-descendentes quanto ao ingresso em IES públicas.

Tabela 7 - Logit Instituições públicas e privadas

variable	dy/dx	Std. Err	z	P> z	X
sexo	.0376613	.00034	109.61	0.000	.429645
idade	-.0079305	.00002	-322.07	0.000	263.267
índio	-.0759566	.00335	-22.69	0.000	.001753
preto	.0029057	.00079	3.66	0.000	.050493
amarelo	.1742444	.00271	64.31	0.000	.006898
pardo	-.0036336	.00039	-9.27	0.000	.303562
Rondônia	-.1447878	.00099	-145.58	0.000	.008764
Acre	.076092	.00348	21.85	0.000	.005169

Logistic regression
 Number of obs = 5781747
 LR chi2(33) = 443494.07
 Prob > chi2 = 0.0000
 Pseudo R2 = 0.0723
 Log likelihood = -2845879.9



Amazonas	.0079666	.00231	3.45	0.001	.02175
Pará	-.0428185	.00189	-22.71	0.000	.023013
Amapá	-.0653088	.00215	-30.45	0.000	.005006
Tocantins	-.0667085	.00183	-36.48	0.000	.010645
Maranhão	-.0648627	.0017	-38.05	0.000	.020757
Piauí	.0276923	.00254	10.91	0.000	.015581
Ceará	-.0240276	.00199	-12.05	0.000	.033283
Rio Grande do Norte	-.0324935	.00205	-15.85	0.000	.015232
Paraíba	.0111791	.0024	4.66	0.000	.016493
Pernambuco	-.0951928	.00138	-69.12	0.000	.035513
Alagoas	-.0780141	.00166	-47.08	0.000	.012787
Sergipe	-.0751617	.0017	-44.31	0.000	.011936
Bahia	-.0930061	.0014	-66.42	0.000	.050893
Minas Gerais	-.1496532	.00105	-142.74	0.000	.104628
Espírito Santo	-.1377986	.00099	-139.08	0.000	.016308
Rio de Janeiro	-.0944412	.00143	-66.22	0.000	.085548
São Paulo	-.2094796	.00121	-172.62	0.000	.237852
Paraná	-.0797925	.00152	-52.45	0.000	.065233
Santa Catarina	-.1811742	.00057	-319.33	0.000	.041923
Rio Grande do Sul	-.1520602	.00091	-166.88	0.000	.065698
Mato Grosso do Sul	-.1306932	.00108	-121.13	0.000	.013829
Mato Grosso	-.0609818	.00174	-34.95	0.000	.01941
Goiás	-.1013927	.00132	-76.95	0.000	.03453
Distrito Federal	-.1506803	.00083	-181.20	0.000	.023595
Renda Familiar per-capita	-4.66e-06	.00000	-29.86	0.000	1160.67

Fonte: Resultados da regressão com dados da PNAD 2009



Em termos de acesso de acordo com as regiões, percebe-se que os estados da região Sul e Sudeste apresentam menor probabilidade dos estudantes ingressarem em instituições públicas, se comparados ao estado de Roraima. As possíveis explicações podem ser duas. Primeiro, as instituições públicas tem um papel de realmente atenuar distorções no acesso ao ensino superior em termos regionais. Segundo, jovens desses Estados/Região têm menor condições de pagar mensalidades no sistema de ensino privado, portanto, ou estudam em instituições públicas ou não frequentam o ensino superior. Em partes isso explica a baixa taxa de matrículas líquidas nas regiões Norte e Nordeste apontadas anteriormente.

Por fim, a renda está negativamente correlacionada com a instituição pública. Ou seja, quanto maior a renda maior a possibilidade de ir para uma instituição privada. Devemos aqui fazer uma considerações. A magnitude do coeficiente foi muito próxima de zero, ou seja, embora haja maior propabilidade dos que tenham maior renda irem para instituições privadas essa diferença de renda é apenas de -0.00046%. De fato a PNAD 2009 aponta que os estudantes matriculados em instituições de ensino superior privadas tinham renda mensal média *per-capita* familiar de R\$ 1.184,81 enquanto que os estudantes matriculados em instituições públicas tinham renda média de R\$ 1.145,47. No entanto, deve-se fazer uma consideração. Nesse caso, a comparação de renda esta centrado em dois grupos específicos, ou seja, apenas os jovens, 18-24 anos, matriculados no ensino superior. Se forem considerados todos os jovens na mesma faixa etária observa-se uma renda média de R\$ 579,09. Portanto, há uma grande diferença de renda entre aqueles que estão matriculados no ensino superior em relação aqueles jovens que não estão matriculados nesse nível de ensino. Nesse caso pode haver a iniquidade em termos de acesso, pois aqueles jovens que não conseguiram passar no vestibular das instituições públicas não têm acesso à educação superior dada suas restrições financeiras para frequentar uma instituição privada.



5- Conclusões

Apesar do número de matrículas no ensino superior ter avançado nos últimos anos, a proporção de pessoas que frequenta esse nível de ensino ainda é baixo no Brasil se comparado aos países em desenvolvimento e mesmo entre os países em desenvolvimento. Adicionalmente, a expansão de vagas no ensino superior brasileiro não foi acompanhada de um processo de democratização e redução da iniquidade tradicionalmente associada ao acesso a esse nível de ensino.

Em termos regionais, enquanto a região Sul apresenta taxa de matrícula líquida de 19%, na Nordeste essa mesma taxa é de apenas 9%. Semelhante a iniquidade é encontrada em termos de etnia. Enquanto a taxa de matrículas é de 21% para os brancos essa mesma taxa é de 7% para os negros e 8% para os pardos.

Por fim, a iniquidade em termos de renda. Enquanto que mais de 59% dos jovens, entre 18 e 24 anos, estão no estrato inferior da renda a taxa de matrícula líquida para eles não chega a 5%. No outro extremo, estrato superior da renda, esta apenas 2,57% dos jovens brasileiros, a taxa de matrículas entre esses é de mais de 55%. Nesse sentido, as instituições públicas de ensino superior podem desempenhar um importante papel para amenizar as iniquidades acima apontadas. O objetivo do trabalho foi mensurar quanto as Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras conseguem amenizar o problema. A metodologia empregada foi o modelo Logístico. Os resultados apontam que aquelas instituições podem amenizar o problema da iniquidade, no entanto, a contribuição delas ainda é muito tímida. Por exemplo em termos de condições econômicas, a renda está negativamente correlacionada com a instituição pública. Ou seja, quanto maior a renda maior a probabilidade de ir para uma instituição privada. No entanto, a magnitude do coeficiente foi muito próxima de zero, ou seja, embora haja maior probabilidade dos que tenham maior renda irem para instituições privadas essa diferença de renda é apenas de - 0.00046%.

Em termos de acesso de acordo com os estados, percebe-se que os estados da região Sul e Sudeste apresentam menor probabilidade dos estudantes ingressarem em instituições públicas, se comparados ao estado de Roraima. As possíveis explicações são duas. Primeira, as instituições públicas têm um papel de realmente atenuar distorções no acesso ao ensino superior em termos regionais. Segunda, jovens desses Estados/Região têm menor condições de pagar mensalidades no sistema de ensino privado, portanto, ou estudam em instituições públicas ou não frequentam o ensino superior. Em partes isso explica a baixa taxa de matrículas líquidas nas regiões Norte e Nordeste apontadas anteriormente.



Por fim, em relação à raça, índios têm aproximadamente 7% a menos de probabilidade de ingressar em universidade pública do que os brancos. As pessoas pardas têm aproximadamente 0,36% menos de probabilidade de ingressar em uma universidade pública se comparado aos brancos. Amarelos têm 17% maior de probabilidade de ingressar em uma instituição pública. Pretos têm 0,29% mais de chance de ingressar em uma universidade pública se comparado aos brancos. É possível que esse resultado esteja refletindo a política afirmativa, implementada em 2001 pelo governo brasileiro, em relação aos afro-descendentes quanto ao ingresso em IES públicas.

Portanto, as instituições públicas de ensino superior brasileiras podem contribuir de forma mais efetiva para reduzir a iniquidade de acesso ao ensino superior no Brasil pela adoção de políticas afirmativas e de inclusão social, por exemplo.



Referências

Acemoglu, D. and Angrist, J. (2000) How Large are Human Capital Externalities? Evidence from Compulsory Schooling Laws, unpublished manuscript, MIT.

Backer, G. S. (1964) Human Capital: A theoretical and empirical analysis. New York Columbia University Press

Benhabib, J.; Spiegel,(1994) M. M. The role of human capital in economic development: evidence from aggregate cross-country data. *Journal of Monetary Economics*, v. 34, n. 2, p. 143-173, 1994.

Bils, M.; Klenow, P. J. (1998) Does Schooling Cause Growth or the Other Way Around? National Bureau of Economic Research (Cambridge, MA) Working Paper n° 6393

Heckman, J. and P. Klenow, (1998). "Human Capital Policy," Ivi. Boskin Editor, Policies to promote Capital Formation, Hoover Institution.

Krueger, A., Lindahl, M. (2001) Education for Growth: Why and for Whom? *Journal of Economic Literature*, Vol. XXXIX, pp. 1101-1136.

Lucas, R. E. Jr. (1988) On the mechanism of Economic Development. *Journal of monetary Economics*, 22, 3-42.

Mincer, J.(1974) Schooling, Experience and Earnings. New York: Columbia University Press (for NBER),.

Moretti, E. (2004a) Estimating the Social Returns to Higher Education: Evidence from Longitudinal and Repeated Cross-Section Data, *Journal of Econometrics* 121: 175-212.

Moretti, E. (2004b), Human Capital Externalities in Cities, in: Henderson, V. and J.-F. Thisse (eds.), *Handbook of Urban and Regional Economics*, Amsterdam: Elsevier- North Holland.

Nelson, R. R.; Phelps, E. S. Investment in humans, technological diffusion, and economic growth. *The American Economic Review*, v. 56, n. 2, p. 69-75, 1966.

Neves, C. E. B. ; Raizer, L.; Fachinnetto, R. F. (2007) Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Dossie Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n° 17, jan/jun, p. 124-157



Rauch, J. (1993) Productivity Gains from Geographic Concentration of Human Capital: Evidence from the Cities, *Journal of Urban Economics*, Vol. 34, pp. 380-400.

Romer, P. Endogenous technological change. *The Journal of Political Economy*, v. 98, n. 5, p. 71-102, 1990.

Salmi, J. and Hauptman, A.M. 2006. Innovations in tertiary education financing: A comparative evaluation of allocation mechanisms, *Education – Working Paper Series No. 4* Washington, DC: World Bank.

Sanyal B. C. and Martin, M. Financing Higher Education: International perspective http://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/5942/7/2006-01_eng_sanyal_martin.pdf.
Acessado em 17/06/2012

Schutz, T. (1961) Investment in human capital *American Economic Review* 51 (March): 1-17

Venniker, R. (2000) Social Returns to Education: A Survey of Recent Literature on Human Capital Externalities, CPB report 00/1.





Anexos

I) Bases de dados utilizadas

Basicamente foram usadas três diferentes fontes de dados nesse trabalho, a Pesquisa Nacional de amostra domiciliar, (PNAD) do ano de 2009, o Censo da Educação Superior dos anos de 2005 a 2008, Estatísticas educacionais do Banco Mundial.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

A PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios é realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que visita domicílios em todo o país para coletar dados sobre temas como migração, educação, rendimento, trabalho infantil e fecundidade, entre outros. No ano de 2009 visitou 153837 unidades domiciliares e foram entrevistadas 399387 pessoas. O processo de expansão da amostra utiliza fatores de razão cuja variável independente [é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa)]. A pessoa amostral médio é de 473, que aplicando a amostra representa a população brasileira no ano de 2009. Os exercícios bem como as tabelas construídas com os dados da PNAD empregaram os pesos amostrais.

Censo da Educação Superior

O censo de educação superior é realizado anualmente, pelo Inep que coleta e organiza dados sobre as instituições de ensino superior no Brasil. A coleta dos dados tem como referência as diretrizes gerais previstas pelo Decreto nº 6.425 de 4 de abril de 2008. O censo da educação superior reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

Por meio de um questionário eletrônico, as IES respondem sobre sua estrutura e cursos. Durante o período de preenchimento do questionário, os pesquisadores institucionais podem fazer, a qualquer momento, alterações ou inclusões necessárias nos dados de suas respectivas instituições. Após esse período, o sistema é fechado para alterações e os dados são colocados à disposição das IES, sob a forma de relatório, para que haja a consulta, validação ou correção das informações prestadas.

Estatísticas Educacionais do Banco Mundial – edstas

A base Edstas, Estatísticas educacionais do Banco Mundial forma utilizada para coletar dados dos países. Esse banco de dados possui 2500 indicadores internacionais comparáveis de

educação. Indicadores que englobam acesso, progresso, taxa de aprovações, equidade, número de professores, além dos gastos governamentais com educação. Os dados são disponíveis para o ciclo educacional, pré-escola até o ensino terciário de diversas nações. Os países fornecem as informações para o Banco.

II) **Teste das médias de rendas per capita alunos de graduação das instituições públicas e privadas**

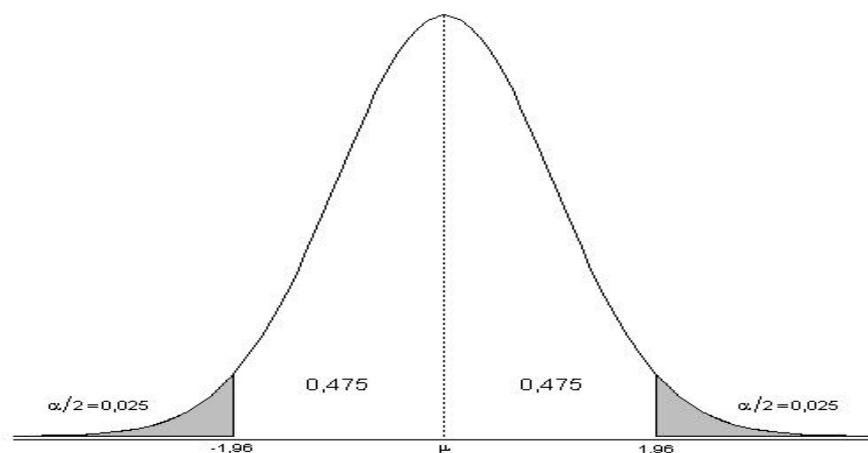
Aqui faremos os testes de médias de renda para verificar se são diferentes

$$H_0 : \mu_1 = \mu_2 \quad \mathbf{X} \quad H_1 : \mu_1 \neq \mu_2$$

$$\alpha = 0,05$$

$$Z_0 = \frac{(\bar{X}_1 - \bar{X}_2) - (\mu_1 - \mu_2)}{\sqrt{\frac{\sigma^2_1}{n_1} + \frac{\sigma^2_2}{n_2}}} = \frac{(1145,47 - 1184,81) - 0}{\sqrt{\frac{(1159,83)^2}{842654} + \frac{(1160,01)^2}{2271169}}} = -22,26$$

Figura 1 - Região crítica do teste de diferença de renda média dos estudantes de graduação de IES públicas e privadas



Rejeita-se H_0 ao nível $\alpha = 0,05$. Logo, as médias são diferentes.



Notas

¹ Aluno de doutorado do Programa de Desenvolvimento Econômico da UFPR e-mail: allonduehas@hotmail.com. Área de interesse educação e desenvolvimento econômico.

² Alfred Marshall (1890) defendia a ideia de *spillover* do Capital Humano. O autor teorizava que a interação social dos trabalhadores da mesma indústria criava oportunidade de aprendizado e aumentava a produtividade. Mas recentemente, Lucas (1988) sugere que a formação de capital humano pode explicar a diferença no desempenho econômico dos países.

³ Percentual bruto é a quantidade de pessoas matriculadas dividida pelo total de jovens entre 18 e 24 anos.

⁴ Percentual de matrículas em relação ao número de jovens de 18 a 24 anos na população do país